

Políticas públicas e influência do capital no desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais nordestinas

Public policy and capital influence on social and economic development in rural areas northeast

Cristiane Ferreira Araújo^a

Helson Gomes de Souza^b

^aUniversidade Regional do Cariri - URCA - Campus Iguatu - graduada em ciências econômicas. E-mail: krica_bm@hotmail.com

^bGraduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) Campus Iguatu; Mestrando em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: helson.g.souza@gmail.com

Recebido em: 08/10/2016 | Aceito em: 02/12/2016

ARTIGO

RESUMO

O Nordeste expandiu-se, e mudou sua inserção no cenário nacional, acelerando a produção e a inclusão das pessoas em estratos superiores de renda, as políticas públicas apresentadas neste trabalho corroboram essa afirmação. O capitalismo e suas vertentes de desigualdade vêm a tempos perdendo suas forças, mesmo que aos poucos, pois a sociedade cada vez mais se engaja em projetos que diminuam a desigualdade existente entre as pessoas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a importância das políticas públicas implementadas no Nordeste e em especial nas áreas rurais e qual influência dessas medidas para a crise do capital que ocorreu no país e no mundo. O tema foi abordado pelo fato de se observar uma diminuição da desigualdade econômica e social nas áreas rurais nordestinas. Verificaram-se através de dados bibliográficos e estatísticos que a renda dessa população sofreu grandes alterações no período, no entanto, os índices de desigualdade não se mostraram crescentes, no entanto não houve desigualdade extrema entre as rendas no período, o que se faz entender que o capital em crise e políticas públicas consistentes que incluam as pessoas a participarem de um processo de mudanças sociais que os retirem da total exclusão e faz com que elas sejam inseridas em contexto social que lhes traga melhoria de vida.

Palavras-chave: Políticas públicas. Capital. Áreas Rurais.

ABSTRACT

The Northeast has expanded and changed its insertion on the national scene, accelerating production and inclusion of people at higher income levels, public policies presented in this study support this statement. Capitalism and its unequal sides come to time losing his strength, even if gradually, as society increasingly engages in projects that reduce the inequality between people. In this sense, the objective of this study is to analyze the importance of public policies implemented in the Northeast and especially in rural areas and what influence these measures to the crisis of capital that occurred in the country and the world. The issue was addressed by the fact observe a decrease in economic and social inequality in rural northeastern Brazil. It was found through bibliographic and statistical data that the income of this population has undergone major changes during the period, however, the inequality indices were not growing, however there was extreme inequality between incomes in the period, which is understood the capital in crisis and consistent public policies that include people to participate in a process of social change that derive from the total exclusion and causes them to be inserted in a social context that brings you better life.

Keywords: Public policies. Capital. Rural Areas.

1 INTRODUÇÃO

O Nordeste rural brasileiro enfrenta uma série de divergências que culminam em uma dificuldade de se obter um desenvolvimento favorável. Uma dessas dificuldades é a grande desigualdade na divisão da terra, característica presente no Brasil como um todo. Esse fato constitui-se em um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento rural, o acesso a terra se conecta, nessa perspectiva ao direito ao desenvolvimento econômico e social das zonas rurais brasileiras (GEHLEN, 2009).

Com isso Pereira e Silva (2009) afirmam que os pequenos trabalhadores rurais ocupam uma posição marginal nas decisões de inclusões de políticas para o desenvolvimento rural. As políticas públicas são, inevitavelmente, influenciadas pelo viés político, que atendem aos interesses do capital através dos grandes latifúndios.

No entanto, nos últimos anos ocorreram marcantes mudanças na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, foram implementados programas que trouxeram considerável melhoria para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Garantia Safra, entre outros (MDA, 2013).

As políticas públicas que são oferecidas em detrimento da diminuição das desigualdades são portadoras de racionalidades centradas que regem as relações do capital, priorizando a produção e não os valores de convívio e sustentabilidade (GEHLEN, 2004).

Historicamente a agricultura familiar sempre esteve à margem das ações do Estado, por ser reconhecida como uma categoria que não tinha participação significativa na produção nacional, o que denota sua fragilidade diante do processo de projeto de políticas públicas; depois da constituição de 1988, iniciaram-se novos espaços com a criação inicialmente do Pronaf em 1995, seguindo dos demais programas, com isso a agricultura familiar pode ser inserida no contexto rural brasileiro (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

As evoluções conjunturais e as tendências de longo prazo no agronegócio são acompanhadas por vários estudos e questionamentos, e sendo possível auxiliar nos investimentos e projetos de desenvolvimento nas esferas pública e privada. O agronegócio admite uma fração muito importante para a economia nordestina (GUILHOTO et al; 2014).

Nesse sentido, surge o questionamento sobre o quão eficiente foi as principais políticas públicas instaladas nas áreas rurais da região Nordeste e quais os seus impactos nesse meio. Além disso, convém questionar se essas intervenções políticas surtiram consequências favoráveis ao desenvolvimento das áreas impactadas.

O objetivo desse trabalho é analisar de que forma as políticas públicas implementadas nas áreas rurais da região Nordeste do Brasil contribuíram para o desenvolvimento econômico e social dessa região e do país e a relação de tais políticas com a lógica capitalista. Justificando a pesquisa no sentido de demonstrar que políticas públicas eficientes não necessitam de políticas assistencialistas, que são recomendadas em situações emergenciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas para o meio rural

O desenvolvimento rural no Brasil é caracterizado por diversos processos promovidos pela implantação de um conjunto de dinâmicas socioeconômicas e

ações públicas, caracterizado por mudanças, avanços e contradições que são questões essenciais a serem debatidas sobre o desenvolvimento rural.

As políticas públicas implantam em seus resultados, formas de exercício do poder político, a decisão de amenizar os conflitos sociais, a repartição de custos e benefícios sociais (PEREIRA E SILVA, 2009).

No caso das áreas, e no que tange às políticas públicas implementadas pelo Estado recentemente financiando as atividades rurais, como créditos subsidiados com carências, concessão de empréstimos para a compra de equipamentos e seguros no caso de perda da produção (GEHLEN, 2004).

Recentemente novos atores sociais e políticos renovaram e intensificaram ações que incluíssem o meio rural no contexto nacional, contribuindo para um enfoque positivo das populações que nele vivem e trabalham (MALUF, 2015).

O Brasil tem sido indicado como um país de Políticas sociais e políticas a serem seguidos, os resultados alcançados são uma combinação de fatores relacionados com a ação do Estado e agentes da sociedade civil, o meio rural foi um dos espaços em que o efeito dessas políticas foi mais notado (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Vale a pena destacar que há uma desigualdade distributiva dos recursos advindos das políticas públicas no meio rural, infere-se que os maiores beneficiários de alguns programas são efetivamente os agricultores mais capitalizados e capazes de oferecer garantias para a concessão dos créditos rurais, destacam-se: os elevados obstáculos burocráticos, pressões de empresas agroindustriais, desarticulação e baixa inserção social dos pequenos agricultores (AQUINO e SCHNEIDER, 2015).

Convém ressaltar que no âmbito rural da população nordestina, observa-se que a pobreza e vulnerabilidade andam juntas, especialmente devido às adversidades climáticas que deprimem o quadro social, econômico e institucional da região. A vulnerabilidade associada aos efeitos da falta de políticas públicas a essa população influenciam nesse quadro de pobreza extrema, o que acarreta diversos problemas de saneamento, saúde e condições minimamente possíveis de sobrevivência (BUAINAIM et al.; 2013).

Refere-se que em áreas em que não há um processo produtivo significativo para o desenvolvimento da região, o Estado não vê como prioridade a inserção de

políticas públicas de combate à pobreza e que possam tirar a população das áreas rurais desse quadro de exclusão, são regiões que ainda sofrem com um sistema da “velha política”, em que as leis são usadas para beneficiarem os grandes fazendeiros, corroborando a lógica de que o capitalismo destrói todos os esforços das pequenas famílias em participar desse processo do desenvolvimento da região Nordeste.

Mudanças nas ações políticas no semiárido foram concomitantes às transformações no resto do mundo do papel do Estado, mostrando uma linha de conduta influenciada pelo keynesianismo, uma política intervencionista, sendo mantenedor de serviços como educação, saúde, moradia, saneamento, entre outros; esse sistema mostrou-se ineficiente pois não engloba fatores que buscam garantir direitos aos cidadãos de se desenvolver por outros meios que os favoreçam economicamente e socialmente (PONTES e MACHADO, 2009).

No Nordeste há um problema social histórico, a muito tempo associado à seca, no entanto, de acordo com Celso Furtado (1989, p.152) o problema da pobreza estaria associado à exclusão dos trabalhadores do processo produtivo, entre outros problemas. Esses fatores foram analisados para a tomada de decisões quanto à implementação de políticas públicas que foram perceptíveis a drástica redução da pobreza na região nunca observado no país, começando a derrubar a lógica capitalista com mais inclusão social (ALVES, 2014).

A maioria das políticas públicas na região Nordeste é voltada para esse problema da seca, são políticas que procuram elevar a qualidade de vida econômica e social dos habitantes, exemplificando tem o programa de Um Milhão de Cisternas Rurais, iniciado pela Articulação no Semiárido (ASA), que objetiva a construção de cisternas nas famílias das áreas rurais para a captação de água da chuva para garantir o abastecimento nos períodos de estiagem (PONTES e MACHADO, 2009).

Destacam-se os principais programas implementados no país que beneficiaram também a região Nordeste e as áreas rurais:

PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – Programa de crédito que permite o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar facilita a execução das atividades dos agricultores com a ajuda na compra de equipamentos e implementos agrícolas que contribuem na melhoria da qualidade de vida do agricultor, várias são as linhas de

crédito do PRONAF; para custeio, investimento, microcrédito, agroecologia, agroindústria, semiárido e entre outros.

ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) – Programa que leva assistência técnica às propriedades rurais em parceria com as instituições públicas, principalmente sem fins lucrativos, garante apoio ao produtor até a colocação da safra no mercado.

PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário) – O objetivo desse programa é facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais, financiando a aquisição de imóveis não passíveis de desapropriação.

PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) – Um amplo programa do governo federal para grandes obras de infraestrutura no país promovem a entrega de retroescavadeiras e moto niveladoras, às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas e também caminhões-caçambas, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o semiárido, o programa promove em escoamento da produção da agricultura familiar melhorando a qualidade de vida na área rural.

Programa de cadastro de terra e regularização fundiária – Garante a permanência do agricultor na terra assentada, assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador no campo.

Garantia Safra – Seguro voltado a agricultores com renda até 1,5 salários mínimos por mês em caso de perda de produção causada por problemas climáticos tem que ser comprovado perda de pelo menos 50% da safra do município por problemas de seca ou excesso de chuva e o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham aderido ao programa.

2.2 Desenvolvimento rural no Brasil e no Nordeste

Literaturas recentes apontam que as políticas públicas implantadas nos governos atuais desenvolveram um conjunto de ações estratégicas que caracterizam uma inclusão da agricultura familiar e política agrária no contexto de desenvolvimento do país.

O governo adotou um recorte territorial articulando programas destinados ao meio rural, visando promover a construção e a governança do desenvolvimento das

áreas rurais, potencializando os impactos das políticas nessa direção (BACELAR et al.; 2009).

Nessa concepção entende-se que os programas de desenvolvimento rural contribuem para o aumento da renda dos agricultores familiares, promove uma qualificação técnico-produtiva e profissional, desenvolvimento local, enfatizando o financiamento em municípios mais pobres rurais, abrangendo vários campos dos territórios: ambiental, econômico, social, cultural e político (SCHNEIDER e AQUINO, 2015).

Entretanto, no contexto de desigualdades existentes no Brasil, sob diversos aspectos, vale ressaltar os problemas dos programas no que tange à forma correta de repasse das verbas disponibilizadas. Uma série de problemas que vão desde o critério de escolha dos beneficiários, às culturas políticas locais e fragilidade institucional de alguns programas (DELGADO; LEITE, 2015).

A migração e a pobreza da região Nordeste ainda são um dos maiores problemas existentes, de ordem social e econômica. O avanço do capital na região foi muito seletivo, não homogeneizando os espaços, fazendo que o setor moderno conviva com a pobreza existente nas áreas rurais; apesar das melhorias, elas não aconteceram de forma igual o que contribuiu com a desigualdade dentro da região e da região com as demais (CRUZ, 2013).

A dispersão dos recursos públicos e a descontinuidade das ações do governo contribuem para que as áreas rurais nordestinas não participem ativamente do processo de desenvolvimento, há um descaso no enfrentamento do recorrente problema hídrico da região e muitos programas são antigos e ultrapassados o que não beneficia a população sertaneja (MACEDO, 2014).

A agricultura moderna, os grandes complexos agroindustriais e o agronegócio, são setores que possuem uma pequena fronteira entre eles e não excludentes, mesmo que apontem elementos recorrentes entre si, são atividades distintas que formam o processo da economia rural na região Nordeste.

De acordo com Sampaio et al ([s.d]) no Nordeste, nos últimos trinta anos o agronegócio foi caracterizado por diversos momentos de expansão e contração da atividade. Diversos são os fatores que compreendem essa dinâmica de competitividade, sejam eles internos e externos, ligados ao mercado e fatores ambientais que na região é extremamente volátil, acarretando prejuízos na produção.

2.3 A influência do capital no desenvolvimento do Nordeste

Existem evidências de que há uma aplicação do crédito e das ações públicas no meio rural de forma desigual, em que são beneficiados agricultores mais capitalizados, que possuem condições de elaborar projetos e fornecer documentações necessárias para a liberação do crédito.

O Estado tem sido o grande causador de entrave do desenvolvimento do Nordeste ao longo do tempo, o Estado brasileiro é injusto no comportamento social da região, trabalha com racionalidade econômica e política, excluindo parcela da população de oportunidades e favorecendo grandes latifundiários e industriais que atuam na construção da lógica do mercado e capital (FALCON, 2014).

Ainda conforme Falcon (2014) a União tem poder para trabalhar com grandes redes políticas e economias nacionais e internacionais para investir no desenvolvimento do país e em especial no Nordeste. Porém, mecanismos pouco transparentes são incapazes de transformar as estruturas econômicas e social.

A questão política no Brasil e também na região Nordeste é o grande entrave para que as inserções de ações do Estado tenham eficiência, antes de formular um projeto com uma política pública que será aplicada em determinada região, não é feito um estudo de como se comportará essa política e se realmente ela trará os benefícios esperados. O país carece de reformas políticas e leis que orientem que os legisladores necessitem de formação compatível com os cargos que ocupam, que sejam capazes de promover ações que cheguem à toda população de forma igualitária.

Assim como em todo o país, cabe atenção às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Nordeste com viés capitalista, em que os efeitos de tais políticas visam somente uma expansão acelerada do PIB e desfavorecendo parte da população da região que não usufrui do apoio governamental para esse desenvolvimento (NETO, 2014).

Guimarães (2014) afirma quem mesmo com a efetivação de várias políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades na região Nordeste e contribuição para o seu desenvolvimento, há um grande desequilíbrio regional nas áreas rurais nordestinas que diminuem as chances de desenvolvimento da economia local, como

também dos cidadãos que tem menos acesso à educação de qualidade, saúde e emprego, gerando um processo migratório para outras regiões.

Tal avanço no desenvolvimento do Nordeste, contudo, provoca um vazamento da renda da região, pois é fortemente abastecido pelo Sudeste do país, o que facilita a acumulação de riquezas nas outras regiões, transferindo o desenvolvimento para as regiões mais ricas e fornecedoras de produtos de maior valor agregado e contribuindo para a lógica capitalista de desigualdades (GUIMARÃES, 2014).

De acordo com Pontes e Machado (2009), com a crise do capital, impulsionada inicialmente em 2008, com a bolha especulativa imobiliária nos Estados Unidos, que afetou a economia mundial e no Brasil que recentemente sofre uma crise econômica e política, ocorreram mudanças relacionadas a área social da população rural nordestina; com o emprego de diversas políticas públicas e ações assistencialistas do Estado.

A população das áreas rurais não absorveram de uma forma tão negativa todo esse processo de crise do capital, corroborando a ideia de que políticas robustas e bem gerenciadas promovem um bem-estar e amenizam as desigualdades promovidas pelo capitalismo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi estruturada sobre uma metodologia descritiva com base em análise de dados bibliográficos e estatísticos, foram coletados dados secundários extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e conclusões de trabalhos científicos referenciados.

Visando ter uma análise concreta sobre os impactos das políticas públicas estudadas na região em questão, o presente trabalho faz uso de dois indicadores fundamentados na literatura econômica como determinantes dos níveis de desigualdade.

3.1 Cálculo do Índice de Gini.

É usualmente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade da renda (onde todos têm a mesma

renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda), e as demais não têm nada. É dado pela fórmula:

$$G = 1 + \left(\frac{1}{n}\right) - \left(\frac{2}{n^2\bar{y}}\right) \sum_{i=1}^n (n - i + 1) \quad (1)$$

n - Número de indivíduos observados;

i - A ordem dos indivíduos, quando estão ordenados de forma crescente;

y - Rendimento médio.

3.2 Cálculo do Índice de T de Theil

Os índices de Theil derivam da noção de entropia na teoria da informação, pela qual a quantidade de informação recebida de um evento E é inversamente proporcional à sua probabilidade de ocorrência p. Assim, a quantidade de informação recebida com a ocorrência de um evento E1 cuja probabilidade era muito pequena é maior que a de outro evento P2, cuja probabilidade de ocorrência fosse próxima de 1; em outros termos, “quanto mais raro é o evento, mais valiosa é a informação. É dado pela fórmula:

$$T = \sum_{i=1}^n y_i \log ny_i \quad (2)$$

$0 \leq T \leq \ln n$, isto é, verifica-se que $T=0$ no caso de uma distribuição perfeitamente igualitária e que $T= \ln n$ no caso de máxima desigualdade.

Em caso em que $y_i=0$ temos $y_i \log y_i = 0$ por convenção.

Onde $y_i \Rightarrow$ parcela de i na renda total.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise de indicadores econômicos e sociais das áreas rurais nordestina.

O enquadramento da população das áreas rurais do semiárido nordestino, não deve ser observado como um mero exercício acadêmico. A finalidade é demonstrar que a tomada de decisões de políticas públicas, em locais onde as condições de vida são mais adversas, merecem receber tratamento diferenciado das políticas públicas ofertadas pelo Estado (LEMOS, 2012).

Com a análise de indicadores econômicos e sociais será demonstrado como as políticas públicas diminuíram o quadro de desigualdade nas áreas rurais nordestinas e contribuíram para o enfraquecimento do sistema capitalista predominante nas economias.

Tabela 1 – PIB do Agronegócio região Nordeste 2000 a 2009, valores (R\$)

ANO		Δ %
2000	12.574.750,52	
2001	12.256.368,03	-2,53
2002	12.286.243,20	0,24
2003	13.480.184,82	9,71
2004	13.507.585,97	0,20
2005	12.532.632,64	-7,21
2006	12.766.937,17	1,86
2007	13.313.337,26	4,27
2008	15.514.084,22	16,53
2009	13.785.453,53	-11,14

Fonte: Elaboração própria através de dados do CEPEA – 2016.

A política macroeconômica do Estado e seus objetivos diferenciados negligenciam setores primordiais na economia como o agronegócio, são poucas as medidas de incentivos à expansão do setor, especialmente, o agronegócio familiar que abrange as áreas rurais em que os produtores dispõem de recursos escassos para a realização da atividade (SAMPAIO et al, [s.d]).

Conforme a tabela 1, observamos que o Produto Interno Bruto do agronegócio teve uma variação inconstante no período analisado, podemos atribuir esse fato às condições climáticas da região nordeste que é instável com períodos de chuvas irregulares, sendo que os segmentos da agricultura e pecuária dependem da condição climática para o cultivo da produção.

O ano de 2008 foi o que melhor obteve êxito no aumento da variável, contudo, no ano seguinte sofreu brusca queda no percentual, que pode ter sido evidenciado

pela crise econômica de 2008 ocorrida mundialmente, que afetou diversos setores da economia e conseqüentemente o agronegócio.

O acompanhamento das evoluções em longo prazo, do setor agronegócio pode auxiliar na conduta futura de investimentos e ações desenvolvimentistas da gestão de políticas públicas. Os desempenhos desfavoráveis da produção agropecuária nos anos após 2003 foram mais intensos prejudicando o PIB do agronegócio no Nordeste, mas não foi um evento particular, ocorreu em todo o país, outros setores da economia cresceram mais que o agronegócio contribuindo para esse fato, outra variável que compõe o PIB, os serviços que não foi abordado neste trabalho, mas que influencia nos valores apresentados.

Tabela 2 – Rendimento per capita população rural nordeste 2001 a 2009, valores (R\$).

ANO	RENDA	Δ %
2001	197,87	
2002	393,50	98,86
2003	636,82	61,83
2004	498,32	-21,74
2005	512,46	2,83
2006	610,36	19,10
2007	698,74	14,47
2008	774,26	10,80
2009	825,87	6,66

Fonte: Elaboração própria através de dados extraídos da PNAD (IBGE) – 2016.

Os dados do rendimento extraídos da PNAD incluem todos os tipos de rendimentos, razão pela qual os valores no período não acompanham, por exemplo, o salário mínimo nacional e não tem uma variação de percentual constante.

Salientando que a renda nas áreas rurais não pode mais ser considerada apenas como agrícola, existe um processo de crescimento de pessoas ocupadas em outros setores residindo no meio rural, compõe o rendimento dessas famílias também os programas de transferência de renda, o que contribui para a formação do rendimento; entram também na composição, por se tratar de dados extraídos direto da PNAD, as famílias que residem no meio rural, mas se encontram em melhores condições.

A tabela 2 demonstra que nos anos iniciais da pesquisa apresentaram maior percentual no aumento do rendimento, observamos que nesse período foram

intensificados os programas de transferência de renda como Bolsa Família e a implantação das políticas públicas já apresentadas, no Brasil e no Nordeste brasileiro, o único ano que teve uma queda brusca foi em 2004 com uma diminuição de 21,74%, e houve uma recuperação somente a partir de 2006.

Podemos atribuir essa disparidade no período ao fato da composição do rendimento rural está relacionada com a produção agrícola, que depende intrinsecamente da condição climática da região.

A pobreza pode ser reduzida mais rapidamente através de uma distribuição de renda eficaz, então políticas públicas devem ser acompanhadas por programas de redução de desigualdade de renda (NEDER e SILVA, 2004).

Observando que políticas de transferência de renda não fazem parte desse quadro de distribuição de renda com eficácia, os trabalhadores precisam compartilhar das riquezas que produzem, quebrando esse paradigma de desigualdade que o capitalismo configura para a sociedade, em uma lógica desigual de concentração de renda, que tem pessoas extremamente ricas e outras extremamente pobres.

Tabela 3 – Índice de Gini do rendimento per capita áreas rurais nordestinas 2001 a 2009.

ANO	Gini
2001	0,429
2002	0,411
2003	0,488
2004	0,402
2005	0,424
2006	0,407
2007	0,426
2008	0,419
2009	0,412

Fonte: Elaboração própria através de dados extraídos da PNAD (IBGE) – 2016.

Analisando a tabela 3, podemos observar que o indicador social para o rendimento nas áreas rurais não sofreu grandes oscilações no período analisado, o ano que mais igualdade teve entre as rendas foi o de 2004 com 0,402; analisando o índice de Gini em relação ao rendimento das áreas rurais nordestina, podemos observar que o rendimento sofreu bruscas disparidades no período, no entanto, compreende-se que essa medida de desigualdade de distribuição de renda, pode

ser usada para qualquer distribuição e leva em consideração diversos fatores que levaram a dados mais homogêneos que o rendimento per capita.

Quanto mais o índice se aproxima de zero, maior é a igualdade entre as rendas, o que podemos observar que não houve desigualdade extrema na renda da população rural do Nordeste.

O índice de T Theil é um índice para medir a desigualdade, é um logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais, sendo nulo ou próximo de zero quando não existir desigualdade e tendente ao infinito quando houver desigualdade, excluem-se do universo os indivíduos com renda per capita nula.

Na medida em que o Estado é comandado pelo capital, não é preciso esforçar-se para verificar que a destinação de políticas públicas atende aos interesses do próprio Estado, ou seja, os orçamentos são utilizados como instrumentos que passa a renda dos trabalhadores aos capitalistas, gerando desigualdades sociais e econômicas (NETTO e BRAZ, 2012).

Tabela 4 – Índice de T de Theil do rendimento per capita da população rural nordeste 2001 a 2009.

ANO	Theil
2001	0,413
2002	0,313
2003	0,478
2004	0,301
2005	0,324
2006	0,290
2007	0,336
2008	0,323
2009	0,301

Fonte: Elaboração própria através de dados extraídos da PNAD (IBGE) – 2016.

De acordo com a tabela 4, como na análise do índice de Gini não houve grandes disparidades na desigualdade entre as rendas no período analisado, somente em dois anos observa-se um aumento no índice, nos demais se manteve constante e nos anos de 2004 e 2009 foi quando menos desigualdade ocorreu entre as rendas.

Contudo, as políticas públicas, em especial as sociais, contra a desigualdade devem abrir mão de qualquer pretensão monopolista, o papel é de alavancar o

desenvolvimento econômico e social inclusivo, proporcionalmente à capacidade de firmar sólida integração com toda a população, contribuindo para o quadro de redução de desigualdades existentes (SUBIRATS, 2010).

Os indicadores sociais, em especial nas áreas rurais, são de suma importância, pois são populações que sofrem exclusões, que afetam o desenvolvimento econômico e social dessas regiões, merecem atenção especial esses índices e acompanhamento do Estado para tomada de medidas que diminuam esse hiato existente.

É importante ressaltar a ineficácia e desfragmentação das políticas para o enfrentamento da pobreza e processo de desenvolvimento das áreas rurais nordestinas. O resultado é a redução das ações acarretando, por exemplo, comprometimento da produtividade por causa das enfermidades, redução na segurança alimentar, comprometidas por questões sanitárias, desnutrição infantil, aumento da delinquência juvenil pela falta de trabalho, entre outros (BUAINAIM et al.; 2013).

A articulação e coordenação das políticas públicas permitiram a criação de novas ações que favoreceriam a população rural nordestina e os retirariam da situação excludente que o capitalismo os impõe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da crise do capital colocaram o neoliberalismo na defensiva, diante da transformação global que insurge há tempos. O Estado democrático e as questões sociais e trabalhistas não trouxeram soluções para as falhas do capitalismo. As políticas públicas precisam ser formuladas de forma que foquem a população que realmente é excluída no processo do capital.

Diante dos dados e bibliografia exposta, concluiu-se que no período analisado a renda das áreas rurais do Nordeste sofreu várias flutuações, contudo, apresentou-se positivamente frente às deficiências expostas em relação às políticas públicas que contribuíram para essa expansão da renda.

O PIB do agronegócio da região apresentou valores inconstantes do decorrer do período analisado, fato evidenciado pelo segmento do agronegócio depender das condições climáticas, que na região há um grande problema hídrico; não se mostraram expressivos os valores a cada ano que demonstrasse aumento na produção de bens e serviços no setor.

Quanto aos indicadores sociais, que analisaram a desigualdade do rendimento médio per capita das áreas rurais do Nordeste, concluiu-se que mesmo com a renda e produção de bens e serviços no período não apresentarem regularidade no decorrer dos anos; o índice de Gini e T de Theil, que medem a desigualdade entre as rendas, apresentaram índices que demonstram que não houve uma desigualdade excessiva entre as rendas.

Embora as políticas públicas não assumirem também o papel social, contribuíram para que a população das áreas rurais nordestina saísse da total exclusão que historicamente se encontravam, os programas de transferência de renda também contribuíram para esse quadro.

Capitalismo e desigualdade estão intimamente ligados, no entanto, há tempos o capitalismo vem perdendo timidamente suas forças, pois há cada vez mais parcelas da sociedade engajadas em inserir as classes trabalhadoras em um contexto social menos opressor.

No geral, pode-se dizer que houve nos dois últimos séculos, uma redução da pobreza absoluta no mundo e no Brasil, os países em geral se tornaram mais iguais em termos de bem-estar e mais desiguais em termos de PIB per capita, o que denota a eficiência de políticas públicas voltadas para o bem social, contudo, há muito que ser feito para que haja uma igualdade entre os povos no mundo e em especial nas áreas rurais nordestinas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, 2014, p.13,14.

AQUINO, J.R; SCHNEIDER, S. **Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. Porto Alegre, p.66.

BACELAR, T. et al. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009.

BUAINAIN, A.M; DEDECCA, C.S; NEDER, H.D. **Pobreza rural: pontos para agenda políticas públicas**. (Org). Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.17), p.519, 525.

CEPEA – Centro de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em: 17 de março de 2016.

CRUZ, M.S. **Mudanças no rural nordestino: uma análise dos determinantes da pluriatividade nas famílias rurais nordestinas**, no ano de 2011, Natal, 2013, p.36. Tese de dissertação.

DELGADO, N.G; LEITE, S.P. **O Pronaf e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre, 2015, p.242.

FALCON, M.L.O. **Estado e planejamento regional: perspectivas e entraves ao desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro, 2014, p.245, 247.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo, 2004, p. 02,07.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado do Brasil**. Porto Alegre, p.20.

GUILHOTO, J.J.M; AZZONI, CR; ICHIHARA, S.M. **Contribuição da agricultura e do agronegócio familiar para o PIB do Nordeste**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v.45, p.136-152, 2014 (suplemento especial).

GUIMARÃES, J. **Instrumentos para o financiamento de uma nova política nacional de desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, 2014, p. 331.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad/microdados.shtm>. Acesso em: 14 de julho de 2016.

LEMOS, J.J.S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 3. Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012, p.206.

MACEDO, H.P. **Uma nova agenda para o semi-árido do Nordeste**. Rio de Janeiro, 2014, p.408.

MALUF, R.S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, p.9.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**, 2013, p.11,31,35,63.

NEDER, H.D; SILVA, J.L.M. **Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência**. Rev. Econ. Social. Rural. vol.42, n.3. Brasília, jul/set. 2004.

NETO, A. M. **Desigualdades regionais no Brasil: notas sobre o padrão de intervenção do Estado nos anos 2000-2010**. Rio de Janeiro, 2014, p. 296.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo, 2012, p.134.

PEREIRA, V.S; SILVA, A.W.B. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso de São Tomé das Letras. Minas Gerais**, 2009, p.05

PONTES, E.T.M; MACHADO, T.A. **Programa Hum milhão de cisternas rurais no Nordeste brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido**. São Paulo, 2009, p. 11,18.

SAMPAI, Y; VITAL, T; COSTA, E.F. **Sucesso e insucesso no agronegócio Nordestino**. [s.l], [s.d], p.19.

STANDING, G. **Respondendo à crise da transformação global: porque uma renda básica é necessária**. Brasília, dez-10, p.71.

SUBIRATS, J. **Quais políticas públicas para qual crise? Transformação social e intervenção do Estado**. Brasília, dez-10, p.111.